

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE ETNOCONSERVAÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS QUILOMBOLAS (VALE DO RIBEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL)

PRELIMINARY CONSIDERATIONS ON ETHNOCONSERVATION FROM QUILOMBOLA NARRATIVES (RIBEIRA VALLEY, SÃO PAULO STATE, BRAZIL)

<https://doi.org/10.4000/15I71>

Manoela Olegário da Costa

■ UFRPE –Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Biologia – Praia Grande, Estado de São Paulo, Brasil. E-mail: manoelaocosta@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2336-3229>

Marcelo Nivert Schlindwein

■ UFSCar - CCBS (Centro Ciências Biológicas e da Saúde); DEBE (Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva) – São Carlos, Estado de São Paulo, Brasil. E-mail: mnivert@ufscar.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8174-5941>

Resumo

A co-participação na gestão de áreas protegidas por povos e comunidades tradicionais promove uma conservação mais efetiva e robusta. Diante deste fato, este estudo propõe um monitoramento participativo para a APA Quilombos do Médio Ribeira a partir de uma decupagem (Peirano, 1995; Hockings, 2003) de narrativas de quilombolas das comunidades Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima (Estado de São Paulo, Brasil), coletadas nos anos de 2020 e 2021. O objetivo é identificar potenciais articulações entre conselhos gestores de Unidades de Conservação e comunidades locais. Os relatos acerca da caça apresentam conhecimentos ecológicos locais, práticas medicinais e outros usos da fauna da Mata Atlântica, demonstrando uma prática sustentável entre os moradores. Para os desafios de fiscalização ambiental enfrentados na região, são propostas articulações recorrentes com os moradores para impulsionar denúncias da caça ilegal, protegendo simultaneamente a prática cultural local.

Palavras-chave: Monitoramento participativo, caça, fauna

Abstract

Co-management of protected areas by traditional peoples and communities promotes more effective and robust conservation. Based on this premise, this study proposes a participatory monitoring framework for the *Quilombos do Médio Ribeira* Environmental Protection Area, drawing on narratives from quilombola communities in Pedro Cubas and Pedro Cubas de Cima (São Paulo State, Brazil), collected during 2020-2021. The study aims to identify potential articulations between Conservation Unit management councils and local communities. Hunting narratives reveal local ecological knowledge, medicinal practices, and diverse uses of Atlantic Forest fauna, evidencing sustainable practices among community members. To address regional environmental monitoring challenges, we propose systematic engagement with residents to facilitate reporting of illegal hunting activities while safeguarding local cultural practices.

Keywords: Participatory monitoring, hunting, fauna

INTRODUÇÃO

As ações humanas em favor do desenvolvimento econômico, político e social ameaçam a biodiversidade direta e indiretamente. O desmatamento, decorrente da colonização e das revoluções industriais, atinge territórios através da expansão de atividades extrativistas e da criação dos grandes centros urbanos (Schlindwein, 2021; Ferdinand, 2023). Como consequência, a mudança de paisagem afeta a ecologia de animais silvestres e as populações racializadas (Hirota, 2003; Dirzo et al., 2014; Brondizio & Torneau, 2016; Cucchi et al., 2020).

A elaboração de estratégias de recuperação da paisagem, como a criação de áreas protegidas, ganhou destaque com o movimento ambientalista da década de 1970 (Ferdinand, 2023). Neste período foram idealizadas teorias que segregam a espécie humana das não humanas visando a recuperação ou proteção da fauna e da flora. Contudo, este senso de *natureza intocada* ou *natureza selvagem* exclui outras formas de habitar a Terra, como dos ameríndios ou dos quilombolas resistentes ao *habitar colonial* (Diegues, 1996, 2000; Ferdinand, 2023). O fazer conservação a partir deste modelo torna-se excludente quando desconsidera: (a) a existência humana é dependente dos recursos naturais; (b) a impossibilidade de recuperação das áreas degradadas sem que haja manejo antrópico; e (c) a acusação de populações locais como responsáveis pela perda de biodiversidade (Oliveira, 2011; Ferdinand, 2023).

Reitera-se, portanto, a necessidade de reorientar a conservação sob a ótica das relações com a fauna e de pertencimento à natureza, característico daqueles que negam o viés econômico e utilitarista da herança Colonial. Este resgate tem como resultado promover justiça social e ambiental em simultâneo à conservação do meio ambiente (Ferdinand, 2023).

As Unidades de Conservação (UCs) sobrepostas a territórios pertencentes a povos e comunidades tradicionais possuem potencial significativo de reestruturar as tomadas de decisões a partir desse contexto (Wolverton et al., 2014; Twyman, 2017; Prado et al., 2022), reduzindo conflitos e protegendo de maneira efetiva as áreas de risco (Movimento dos Ameaçados por Barragens [MOAB], 2014; IUCN, 2021; Ferdinand, 2023). Neste artigo, pretende-se identificar potenciais articulações entre conselhos gestores de Unidades de Conservação e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira a partir de narrativas locais.

QUADRO TEÓRICO

Populações remanescentes de quilombos

50s quilombos pertencem a povos racializados que, através da fuga da escravidão colonialista e ocupação de vales das Américas entre os séculos

XVI e XIX, resgataram práticas culturais, religiosas e de cultivo inspiradas nas de países africanos (Carril, 2002; Gomes, 2015). Sofrem uma marginalização histórica na constituição da sociedade atual, sendo privados do direito de ser, ter e pertencer ao planeta (Ferdinand, 2023).

Hoje, enfrentam uma série de conflitos de território, principalmente por guardarem regiões biodiversas, ricas em solo e minério (Posey, 1997; Movimento dos Ameaçados por Barragens [MOAB], 2014; Gomes, 2015). Estes conflitos podem estar associados à implementação de Unidades de Conservação, regidas por uma gestão que nega a presença de populações humanas coexistentes com a natureza e/ou à economia de exploração de recursos naturais (Diegues, 2000; Figueiredo, 2013; Ferdinand, 2023). Em ambos os casos, estes povos são direta e indiretamente culpados pelas devastações provenientes do *habitar colonial*, sendo expropriados, tendo suas práticas de subsistência e geração de renda vetadas e a sua existência ameaçada (Maretti et al., 2023).

Caça quilombola

A revolução negra contra o sistema colonialista levou a natureza a acolher homens e mulheres como morada, abrindo caminho para práticas extrativistas de benefício coletivo como a caça, a pesca e o roçado (Prado et al., 2020; Ferdinand, 2023). Essas práticas sustentam pequenas comunidades, constantemente desafiadas a desenvolver técnicas a partir de recursos escassos e em áreas de difícil acesso (Ferdinand, 2023).

A caça, apesar de ser uma prática historicamente associada à evolução da humanidade abrangendo diferentes povos (para além dos racializados), se insere no contexto de percepção da paisagem (Steffen et al., 2007). Esta, colaborou com o deslocamento do ser humano para diferentes climas, solos e relevos à medida que adquiria conhecimentos sobre a fauna (Berkes et al., 1994; Berkes 2012). Em uma visão etnobiológica, a relação com a fauna também se estendeu, e ainda se estende, a cultos religiosos, práticas da medicina natural, tabus alimentares e promoção de bem-estar (Prado et al., 2020; Prado et al., 2022; Souza & Prado, 2022). As diferentes formas de cultivo, captura, preparo, armazenamento e consumo demandaram menor gasto energético e as relações com a natureza se tornaram base da cultura dos povos racializados (Borges & Carneiro, 2020; Schlindwein, 2021).

Legislação e Conservação acerca de práticas extrativistas

A sobreexploração dos recursos naturais e a demanda global de mercado agravada pelas revoluções industriais do século XX ocuparam o espaço

das práticas coletivas e familiares voltadas à cultura e soberania alimentar (Oliveira 2011; Pezzuti *et al.*, 2018). Como forma de mitigar os desequilíbrios ambientais, os órgãos de fiscalização juntamente a pesquisadores e ambientalistas criaram condutas e leis para demarcação de áreas protegidas (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000) (Brasil, 2000). As chamadas Unidades de Conservação foram categorizadas em relação ao uso de seus recursos e a circulação de pessoas.

A ideia de conservação que guiou as demarcações foi concebida a partir de uma perspectiva hegemônica de uso dos recursos e do habitar o planeta orientado pela racionalidade econômica exploratória. Diante disso, ao mensurar os impactos ambientais decorrentes desse modelo colonialista, foram desassociadas as questões ambientais e sociais contemporâneas (Brasil, 2000; Silva, 2020; Ferdinand, 2023).

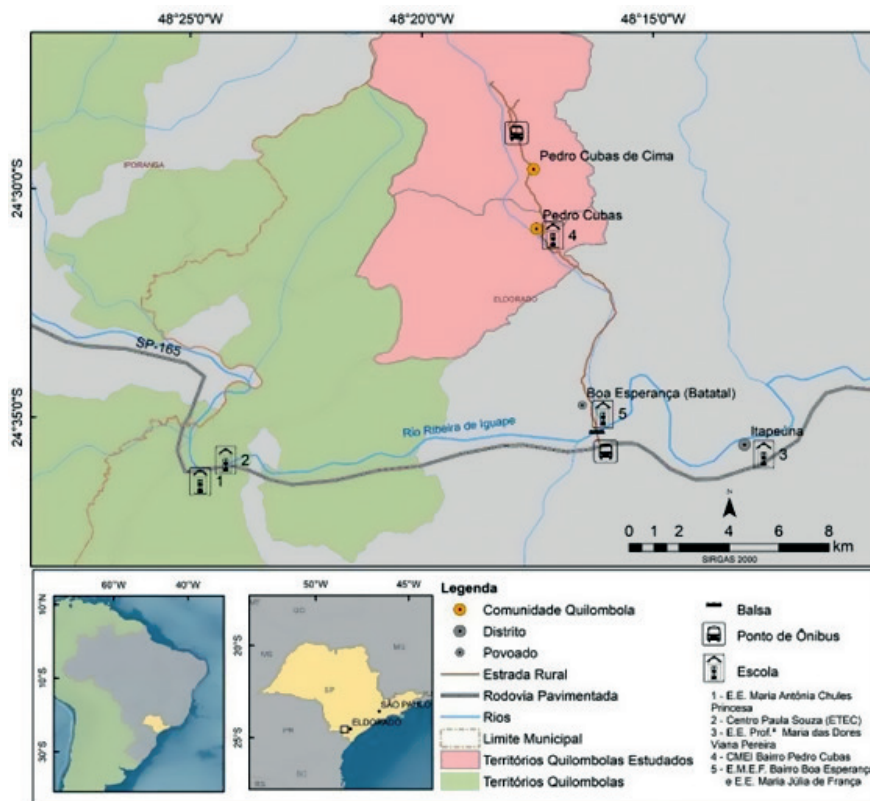
Neste sentido, a legislação acerca da caça seguiu este mesmo viés. Inicialmente, o foco voltou-se ao comércio de peles e couros em 1967, com a Lei Brasileira de Proteção à Vida Selvagem, e a caça esportiva em 1988 (Brasil, 2023). Em 1998, a regulamentação para a caça de subsistência

de comunidades indígenas do Decreto nº 11.615 careceu de uma abrangência aos povos racializados (Convenção de Genebra incorporada via Decreto 5051/2004; Vieira & Shepard, 2017; Antunes *et al.*, 2019; Brasil, 2023). A insegurança jurídica para a população quilombola parte da abrangência da Constituição Federal de 1988, através dos Art. 231 e Art. 68, e garante o reconhecimento de práticas tradicionais do uso dos recursos naturais, inclusive a respeito da cultura e dos modos de vida (Decreto nº 6.040/2007 PNTCT; Wengerd & Gilmore, 2022; Brasil, 2023). Porém, quando não explicitadas em leis, essas práticas acabam por depender da interpretação da fiscalização ambiental para sua criminalização (Armitage *et al.*, 2009; Rotherham, 2014; Antunes *et al.*, 2019).

Caracterização da área de estudo

O Vale do Ribeira, localizado entre os estados de São Paulo e Paraná, foi a região de abrangência do estudo. Os quilombos do universo empírico do projeto foram Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, localizados no litoral sul do estado de São Paulo, município de Eldorado (Stucchi *et al.*, 2000) (Mapa 1).

Mapa 1 ▶ Região abrangente de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima



Fonte: Elaborado por Barbosa (2029)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhece 3 795,6701 hectares com proposta de titulação de mais 1 359,3314 hectares. Pedro Cubas de Cima tem proposta de titular 7 003,8331 hectares (Brasil, 2017). A extensão de ambas comunidades abrange 120 famílias, composta principalmente por agricultores (Santos & Tatto, 2008; Munari, 2009; Brasil, 2024).

Os 66 quilombos que acompanham a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape em seus 470 km de extensão se estabeleceram em decorrência da colonização das Américas (Valentin, 2006; MOAB, 2014; Ianovali *et al.*, 2018). Seguindo os ciclos de monocultura locais, as terras hoje pertencentes aos quilombos se deram por doação de terras dos senhores de engenho, fuga e resistência em meio aos afluentes do rio em questão. Não somente quilombos, a região conta com populações caiçaras e indígenas, somando hoje a essas terras uma importância biocultural e histórica (Prado *et al.*, 2022).

Mosaico do Jacupiranga (MOJAC)

150 Vale do Ribeira traz a relevância do estudo por se fazer o maior trecho contínuo de Mata Atlântica do estado de São Paulo (Veloso & Goes-Filho, 1982; Ribeiro *et al.*, 2009), o que justifica seu pertencimento ao atual Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) (Lei Estadual nº 12.810 de 2008). São 13 Unidades de Conservação de diferentes categorias e uso de recursos das florestas ombrófilas densas.

Antes da instituição do MOJAC a região era demarcada desde 1969 pelo Parque Nacional do Jacupiranga, área de proteção integral aos recursos naturais (Lei nº 145) (Estado de São Paulo, 1969). A pressão por parte dos moradores quilombolas e indígenas da região fez com que a categoria de unidade de conservação fosse repensada, de maneira a proteger constitucionalmente as práticas extrativistas (Fundação Florestal, 2016; Instituto Florestal, 2016).

Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima estão integradas na Área de Proteção Ambiental (APA) Quilombos do Médio Ribeira (ISA, sd; São Paulo, 2023b). A APA sobrepe-se em 5,38% à comunidade quilombola Pedro Cubas e em 10,71% a Pedro Cubas de Cima, além de outros 13 quilombos também sobrepostos em território (ISA, sd). Desde sua instituição no ano de 2008, a gestão atua sem plano de manejo e, desde 2021, encontra-se em fase de zoneamento e caracterização junto às comunidades quilombolas locais, de maneira consultiva. A sobreposição de terras conflitantes em objetivos, somadas a uma área de grande interesse extrativista de minério e de monocultura (Figueiredo, 2013; MOAB, 2014) despertam a necessidade de articulação entre as partes envolvidas.

Coleta e discussão de dados

Utilizou-se a abordagem etnográfica como método de coleta de dados, por meio de entrevistas livres e observação participante (Severino, 2007; Mattos, 2011). As narrativas foram coletadas em janeiro de 2020 e outubro de 2021 (adaptadas ao cenário pandêmico Covid-19), totalizando 12 participantes (entre 39 e 79 anos), dentre eles lideranças e ex-lideranças comunitárias e familiares com amplo repertório ecológico local. A etnografia possibilita identificar aspectos relacionados a vínculos, crenças e organização social que estejam associados ao tema de interesse (neste estudo, as relações com a fauna). A perspectiva quilombola é trazida através da individualidade da região (Fiorucci, 2010).

Frases geradoras, observações e rascunhos foram registrados por meio de gravadores e cadernos de campo (Magnani, 2002). Posteriormente, um processo de decupagem (Peirano, 1995; Hockings, 2003) identificou grandes áreas acerca das considerações preliminares sobre as relações com a fauna que delinearão a proposta de monitoramento participativo. Dentre as principais categorias de relações com a fauna, são discutidos elementos que podem subsidiar os conselhos gestores no desenvolvimento de ações articuladas com a comunidade local, de maneira qualitativa-antropológica (Bernard, 2006; Severino, 2007).

RESULTADOS

A caça em Pedro Cubas e Pedro Cubas de cima, bem como sua cadeia produtiva, é reconhecida por seus moradores como parte da cultura local, mesmo que esta não seja a principal atividade de subsistência. A prática, solitária ou em mutirões presente até a década de 1960, perdeu força com a formação da vila de Pedro Cubas e a formação das estradas de acesso à cidade de Eldorado (Mapa 1; 4- CMEI Bairro de Pedro Cubas) (Prado & Murrieta, 2015).

Embora as estradas que deram acesso à cidade favoreçam a mobilidade de pessoas e bens, também possibilitam a entrada de alimentos industrializados e carne processada nos quilombos (Haiala & Prado, 2022). Além disso, a criação de porcos, galinhas e bovinos é característico da região durante o período de estabelecimento das comunidades (Borges & Carneiro, 2020). Hoje, a prática se restringe a um número reduzido de animais criados nos quintais das casas, influenciando a qualidade nutricional dos moradores (Prado *et al.*, 2022).

Ainda no que diz respeito às dinâmicas alteradas pela construção das estradas, a melhoria na mobilidade e no transporte de bens também expôs as comunidades à vulnerabilidades frente à entrada de indivíduos externos. Estes, adentram os fragmentos florestais para a prática de caça esportiva,

como relata uma antiga liderança da comunidade de Pedro Cubas de Cima sobre tentativas de extorsão de moradores.

O relato aborda casos de moradores que foram subornados por caçadores ilegais a mostrarem onde animais como onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*), veados (*Mazama americana*, *Mazama bororo*, *Mazama gouazoubira* e *Mazama nana*) e pacas (*Cuniculus paca*) se encontravam entre as matas. Estas pessoas, externas à comunidade, se aproveitam da vulnerabilidade dos quilombolas para caçarem. Com isso, a subjetividade que a fiscalização enfrenta para distinguir se a caça é realizada por moradores ou pessoas externas, dificulta a identificação de agentes efetivamente ameaçadores à fauna silvestre.

A presença recorrente de órgãos de fiscalização ambiental nas comunidades também contribui para a desmotivação da prática da caça entre os moradores (Figueiredo, 2013). Alguns relatos foram levantados sobre as abordagens da fiscalização, onde moradores precisam provar que pertencem a comunidade e que os animais que caçam são para consumo próprio e familiar. Compartilham também que durante as intervenções há apreensão de utensílios de caça (armas, facões), mesmo quando não se constata seu uso no momento da fiscalização.

A APA Quilombos do Médio Ribeira é de conselho consultivo (Estado de São Paulo, 2023a; Estado de São Paulo, 2023b). Ou seja, as comunidades são abordadas a respeito de tomada de decisões a respeito do uso de recursos, mas não há deliberações articuladas junto às comunidades, principalmente com temas de complexa discussão como a caça (ISA, sd; São Paulo, 2023a). Não foram encontrados dados sobre orientação aos moradores acerca de seus direitos relacionados à atividade ou sobre o papel guardião que poderiam desempenhar junto à gestão.

Os conhecimentos a respeito da fauna são evidenciados por sua compreensão das fases lunares, dos períodos reprodutivos das espécies e da regulação sociocultural quanto à frequência das caçadas (Prado *et al.*, 2022). Estes dados juntamente com relatos sobre o desaparecimento de mamíferos de médio porte na região, indicam o monitoramento da biodiversidade de forma intrínseca à uma atividade extrativista. As percepções e saberes, construídos e transmitidos intergeracionalmente (Nazarea, 2006; Berkes, 2012), constitui um recurso estratégico para a fiscalização e gestão ambiental (Diegues, 2000).

Em dias que a caça é bem sucedida, seja individual ou em mutirões, a carne é dividida entre familiares e serviam de troca para adquirir outros mantimentos. Porém, o aproveitamento da fauna transcende a dimensão alimentar, assumindo funções simbólicas, medicinais e culturais que reforçam a complexidade das relações estabelecidas

pelas comunidades quilombolas com o ambiente. Apesar de profissões como curandeiro e parteiras, ter declinado nas comunidades em particular após se estabelecer o acesso à cidade e a unidade física de saúde local (Prado & Murrieta, 2015; Souza & Prado, 2022), há conhecimentos acerca do uso de banhas gorduras extraídas de animais caçados entre moradores mais velhos.

Durante as entrevistas, foi observado um dos moradores mais tradicionais de Pedro Cubas de Cima, conhecido por viver de modo semi-isolado (Prado & Murrieta, 2018), retirando uma casca de árvore para curar alergia de pele de uma jovem. O mesmo morador, em outro momento, utilizou banha de teiú (*Salvator merianae*) para tratar um corte profundo no pescoço de seu cachorro. As banhas e gorduras extraídas de animais caçados, por exemplo, não se restringem ao preparo de alimentos em substituição a óleos vegetais, mas são igualmente empregadas para cuidados estéticos e terapêuticos, como no tratamento de feridas, na hidratação da pele e no trançado de cabelos (Rolim, 2021).

Proposta de monitoramento participativo

O monitoramento participativo como proposta de etnoconservação no Vale do Ribeira (Tabela 1), constitui um caminho estratégico para integrar conservação da biodiversidade e fortalecimento social das comunidades locais (Danielsen *et al.*, 2009; Ostrom, 2009; Berkes, 2012). No Brasil, experiências sistematizadas no Projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade (MPB) por Tófoli e autores (2019), assim como por Constantino e autores (2019), evidenciam que a participação ativa de comunidades em Unidades de Conservação (UCs) não apenas aprimora a coleta de dados ambientais, mas também fortalece os laços de governança socioambiental.

DISCUSSÃO

A caça é discutida neste estudo sob a ótica que evidencia as relações com a fauna para além da subsistência e obtenção de alimento (Steffen *et al.*, 2007). Esta atividade, comumente associada a um fator inerentemente negativo, se apresenta aqui como uma potencial aliada da conservação. Os resultados apresentados evidenciam uma interface entre práticas culturais quilombolas e conservação. A caça, embora não seja a principal atividade de subsistência das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, constitui elemento de identidade sociocultural, refletindo tanto estratégias de alimentação quanto valores simbólicos, medicinais e ação coletiva (Souza, 2021; Ferdinand, 2023).

A tensão entre o reconhecimento formal da importância do conhecimento local e as práticas

Tabela 1 ▶ Proposta de monitoramento participativo APA Quilombos do Médio Ribeira

Proposta	Objetivos	Justificativa	Resultados esperados
Monitoramento das práticas extrativistas	Diferenciar práticas bioculturais locais de pessoas externas.	Permite gerar dados sobre o uso da fauna e da paisagem por quilombolas contrastando agentes externos.	Legitimar práticas como a caça quilombola e gerar evidências para combater pressões acima da prática.
Mapeamento participativo de áreas de uso e pressão	Identificar territórios de uso e áreas vulneráveis.	Quilombolas podem mapear roças, áreas de caça e locais de pressão externa (entrada de caçadores forasteiros).	Apoio à fiscalização, fortalecimento do conselho gestor e maior autonomia territorial.
Denúncias e combate a desinformação	Criar mecanismos formais de denúncia comunitária; Promover conscientização a partir da Educação Ambiental.	Moradores relatam casos de caça ilegal e tentativas de extorsão que ameaçam a fauna local.	Maior atuação da justiça perante crimes ambientais, conscientização sobre a caça ilegal e fortalecimento das lideranças locais.
Monitoramento de espécies de interesse cultural e alimentar	Valorizar o uso tradicional e sustentável da fauna e flora; Garantir a soberania alimentar.	Levantamento de plantas medicinais e seus usos, e animais de importância cultural e medicinal (banhas, vísceras).	Produção de dados que reconheçam saberes locais e auxiliem na caracterização de uso sustentável.
Oficinas de interpretação coletiva de dados	Transformar dados em decisões de gestão compartilhada.	Encontros periódicos entre comunidades, conselho gestor e órgãos ambientais.	Construção de confiança mútua, efetividade na implementação do plano de manejo e maior engajamento comunitário.

Fonte: Elaborado pelos autores

de fiscalização e educação ambiental é evidente. A presença constante de órgãos de fiscalização, o enrijecimento das normas de caça e a abordagem punitiva direcionada aos moradores contribuem para a desmotivação da prática tradicional, mesmo quando esta se dá de forma sustentável e regulada socialmente.

A adoção de um programa de monitoramento participativo das comunidades quilombolas em áreas protegidas de uso sustentável do Vale do Ribeira (Tabela 1) tem potencial para alinhar metas de conservação com a autonomia comunitária, transformando o conselho gestor em um espaço efetivo de gestão compartilhada e não apenas consultivo (Constantino *et al.*, 2019; Maretti *et al.*, 2023). As experiências sistematizadas pelo Projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade (MPB) na Amazônia indicam a aplicabilidade em outros contextos a partir da padronização de métodos e ajustes contexto local e participação efetiva de moradores (Constantino *et al.*, 2019; Tófoli *et al.*, 2019).

O plano de manejo ainda em consolidação da APA Quilombos do Médio Ribeira deve ser visto como espaço fértil para o fortalecimento das relações entre conselhos gestores e comunidades quilombolas. No Vale do Ribeira, onde a caça artesanal

de subsistência é atualmente praticada por poucos moradores (Prado *et al.*, 2022), a proposta de monitoramento da caça cumpre dupla função. De um lado, diferenciar práticas tradicionais de pressões externas, de outro, denunciar as tentativas de suborno a moradores. Propõe-se o monitoramento comunitário tanto dos alvos faunísticos quanto do extrativismo e atividades ilegais com o objetivo de subsidiar o manejo e fiscalização local (Constantino *et al.*, 2019). Esta participação de moradores na etapa prática do monitoramento, além da tomada de decisões aumenta a duração e expansão do projeto em tempo e dimensão (Tófoli *et al.*, 2019).

Crucialmente, as oficinas de interpretação coletiva de resultados e devolutivas periódicas, une saberes ecológicos locais e conhecimento científico para interpretar tendências, pactuar respostas de manejo e fortalecer a governança entre moradores, técnicos e gestores. As articulações permitem reduzir tensões e conflitos a partir da transparência da tomada de decisões. Além disso, o monitoramento pode adiantar consensos práticos a respeito do uso de recursos.

Por fim, novos estudos propondo co-participações da gestão direcionados para outras comunidades tradicionais no Vale do Ribeira se fazem

necessárias, trazendo contribuições abrangentes para a conservação, adaptadas ao contexto local. Como ressaltado por Tófoli *et al.* (2019), o monitoramento participativo tem obtido bons resultados em Unidades de Conservação de uso sustentável, o que favorece a consolidação de práticas de etnoconservação orientadas por uma perspectiva local.

Agradecimentos

À vivência e o compartilhar de encantadoras narrativas dos moradores de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima; ao programa de pós-Graduação em Conservação de Fauna (PPGCFau) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); ao projeto FAPESP (2016/04680-4); ao coorientador do mestrado Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado, que proporcionou os custeios às saídas de campo desta pesquisa; à Idelmara Tinoco, como auxiliar de campo e grande colega da academia.

Financiamento

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2016/04680-4, garantindo as licenças éticas e custeando a etapa de campo

Disponibilidade de dados

Os dados que apoiam os resultados deste estudo não estão disponíveis ao público devido a questões éticas e de privacidade dos participantes.

Contribuição dos Autores

A conceituação, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia e redação (esboço original) foi realizada pela autora Manoela Olegário da Costa. A supervisão, validação e redação (revisão e edição) foi realizada pelo autor Marcelo Nivert Schindwein.

Bibliografia

- Berkes, F. (2012). *Sacred ecology* (3rd ed.). Routledge.
- Berkes, F., Folke, C., & Gadgil, M. (1994). Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In C. A. Perrings (Ed.), *Biodiversity conservation: Problems and policies*. Springer.
- Bernard, H. R. (2006). *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. AltaMira Press.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), pp. 141-163. <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>
- Borges, C., & Carneiro, G. P. (2020). Morcegos, humanos e pandemias: Perspectivas de longa duração para o entendimento das relações entre sociedades e ambientes. *Tessituras*, 8(1), pp. 128-156. <https://doi.org/10.15210/tes.v8i1.19267>
- Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*: Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. (2024). Cria o Comitê Permanente de Construção da Paz no Campo, nas Águas e nas Florestas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPPaz/CONDRAF. *Diário Oficial da União*, Seção 1.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. (2017). *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação*. Diário Oficial da União, Seção 3. https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/R_PedroCubasCimaSP2017.pdf
- Brondizio, E. S., & Turneau, F. M. L. (2016). Environmental governance for all: Involving local and indigenous populations is key to effective environmental governance. *Science*, 342(6291), pp. 1272-1273. <https://doi.org/10.1126/science.aaf5122>
- Carril, L. F. B. (2002). Trabalho e excedente econômico: Remanescentes de quilombos no Brasil. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 6(119), p. 39. <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/59080>
- Constantino, P. A. L., Alberto, H. S. A., Munari, D. P., & Freitas, C. C. (2019). Participação de comunidades locais no monitoramento da biodiversidade. In C. F. Tófoli, P. F. Lemos, R. M. Chiaravalloti, & F. Prado (Orgs.), *Monitoramento participativo da biodiversidade: Aprendizados em evolução* (2ª ed., pp. 43-61). Memnon.
- Cucchi, T., Papayianni, K., Cersoy, S., Aznar-Cormano, L., Zazzo, A., Debryne, R., Berthon, R., Balasescu, A., Simmons, A., Valla, F., Hamilakis, Y., Mavridis, F., Mashkour, M., Darvish, J., Siahsarvi, R., Biglari, F., Petrie, C. A., Weeks, L., Sardari, A., Maziar, S., Denys, C., Orton, D., Jenkins, E., Zeder, M., & Vigne, J.-D. (2020). Tracking the Near Eastern origins and European dispersal of the western house mouse. *Scientific Reports*, 10(1), 1-12. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-64939-9>
- Diegues, A. C. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. HUCITEC.
- Diegues, A. C. (2000). Etnoconservação da natureza: Enfoques alternativos. In A. C. Diegues (Ed.), *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. HUCITEC.
- Dirzo, R., Young, H. S., Galetti, M., Ceballos, G., Isaac, N. J. B., & Collen, B. (2014). Defaunation in the Anthropocene. *Science*, 345(6195), pp. 401-406. <https://doi.org/10.1126/science.1251817>
- Estado de São Paulo. (1969). *Decreto-Lei nº 145, de 8 de agosto de 1969*: Cria o Parque Estadual de

- Jacupiranga. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-145-08.08.1969.html>
- Estado de São Paulo. (2023a). Conselho Gestor, de caráter consultivo, da APA dos Quilombos do Médio Ribeira, biênio 2023-2025. *Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo*, 74. https://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2023/Agosto/24/exec1/pdf/pg_0074.pdf
- Estado de São Paulo. (2023b). *SIGAM — Sistema Integrado de Gestão Ambiental*. Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=16986>
- Feliciano, R. D., Lima, C. F. M. L., & Schlindwein, M. N. (2024). A ocorrência de cães domésticos (*Canis lupus familiaris* Linnaeus, 1758) nas trilhas da ARIE mata de Santa Genebra, Campinas, São Paulo. *Revista de Biologia Neotropical*, 21(1), 29-49. <https://doi.org/10.5216/rbn.v21i1.77380>
- Figueiredo, L. M. (2013). *Populações tradicionais e meio ambiente: Espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação*. Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Relatório, Repositório Institucional do Ministério Público Federal (MPF).
- Fiorucci, R. (2010). Memória, história oral e história. *Revista de História Oral*, 4(8), pp. 1-17. <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/952/587>
- Fundação Florestal. (2016). *Oito anos do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga*. Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. <https://fflorestal.sp.gov.br/2016/02/oito-anos-do-mosaico-de-unidades-de-conservacao-do-jacupiranga/>
- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. Claro Enigma.
- Haijala, L. A., Prado, H. M. (2022). A mulher e a roça: memórias e conhecimentos quilombolas no Vale do Ribeira. In *Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: Práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia*. Appris.
- Hirota, M. M. (2003). Monitoring the Brazilian Atlantic Forest cover. In C. Galindo-Leal & I. G. Câmara (Eds.), *The Atlantic Forest of South America: Biodiversity status, threats, and outlook* (pp. 60-65). Island Press. <https://doi.org/10.5555/20033157614>
- Ianovali, D., Adams, C., Ribeiro Filho, A. A., & Khattounian, C. A. (2018). Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: A agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 49, 221-238. <https://doi.org/10.5380/dma.v49i0.54697>
- Instituto Florestal. (2016). *Estudo avalia a participação social na criação e gestão do Mosaico do Jacupiranga*. Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/2016/09/estudo-avalia-a-participacao-social-na-criacao-e-gestao-do-mosaico-do-jacupiranga/>
- Instituto Socioambiental. (s.d.). *Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira*. Unidades de Conservação no Brasil. Recuperado em 13 de agosto de 2025, de <https://uc.socioambiental.org/arp/4941>
- IUCN. (2021). *Marseille Manifesto*. Apresentado e aprovado por aclamação durante a 8ª Sessão da Assembleia de Membros do World Conservation Congress – IUCN. <https://www.ourlandournature.org/manifesto>
- Kageyama, A. (2004). Desenvolvimento rural: Conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 379-408. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2004.v21.8702>
- Maretti, C. C., Furlan, S. A., Irving, M. d. A., Nasri, Y. X. G., Rodrigues, C. G. d. O., Aydos, B. B., Martins dos Santos, R., Guimarães, E., Marinelli, C. E., Fukuda, J. C. et al. (2023). Collaborative conservation for inclusive, equitable, and effective systems of protected and conserved areas—Insights from Brazil. *Sustainability*, 15(16), Artigo 16609. <https://doi.org/10.3390/su152416609>
- Movimento dos Ameaçados por Barragens [MOAB]. (2014). *Corredor Socioambiental Vale do Ribeira: Quilombos do Ribeira*, Relatório.
- Nazarea, V. D. (2006). Local knowledge and memory in biodiversity conservation. *Annual Review of Anthropology*, 35(1), pp. 317-335. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123252>
- Olegário, M., Prado, H. M. (2022). Saber local e ensino formal: Percepções quilombolas e tensões ontológicas em perspectiva (Vale do Ribeira). In H. M. Prado (Ed.), *Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: Práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia*. Appris.
- Oliveira, R. A. (2011). *O estado da arte da ecologia da restauração e sua relação com a restauração de ecossistemas florestais no bioma Mata Atlântica*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de São Paulo. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d405ab01-787d-4c04-a99c-a48360c4f9c0>
- Pezzuti, J. C. B., Antunes, A. P., Fonseca, R., Albuquerque, M., Vieira, R. M., Valsecchi, J., Ramos, R. M., Constantino, P. A. L., Campos-Silva, J. V., Rebêlo, G. H., Lima, N. A. S., & Ranzi, T. J. D. (2018). A caça e o caçador: Uma análise crítica da Legislação Brasileira sobre o uso da fauna por populações indígenas e tradicionais na Amazônia. *Biodiversidade Brasileira-BioBrasil*, 8(2), pp. 42-74.
- Posey, D. A. (1997). *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kaiapó)* (3ª ed.). UFPA.
- Prado, H. M., & Murrieta, R. S. S. (2015). A etnoecologia em perspectiva: Origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. *Ambiente & Sociedade*, 18(4), 139-160. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC986V1842015>

- Prado, H. M., & Murrieta, R. S. S. (2018). The role of swidden cultivation in shaping ethnozoological knowledge: Integrating historical events and intergenerational analyses among quilombolas from Southeast Brazil. *Journal of Ethnobiology*, 38(3), 297-313. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-38.3.297>
- Prado, H. M., Murrieta, R. S. S., Adams, C., & Brondizio, E. S. (2014). Local and scientific knowledge for assessing the use of fallows and mature forest by large mammals in SE Brazil: Identifying singularities in folkecology. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 10(1), pp. 1-13.
- Prado, H. M., Silva, R. C., Schlindwein, M. N., & Murrieta, R. S. S. (2022). Etnografia e história natural: Narrativas sobre caça e ecologia entre quilombolas no Vale do Ribeira. In H. M. Prado (Ed.), *Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: Práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia*. Appris.
- Prado, H. M., Silva, R. C., Schlindwein, M. N., & Murrieta, R. S. S. M. (2020). Ethnography, ethnobiology and natural history: Narratives on hunting and ecology of mammals among quilombolas from Southeast Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 16(1), pp. 9. <https://doi.org/10.1186/s13002-020-0359-3>
- Ribeiro, M. C., Metzger, J. P., Martensen, A. C., Ponzone, F. J., & Hirota, M. M. (2009). The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*, 142(6), pp. 1141-1153. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2009.02.021>
- Rolim, M. R. (25 Ago. 2021). Trancas: Além da estética, uma forma de sobrevivência. *Em Pauta*. <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/trancas-alem-da-estetica-uma-forma-de-sobrevivencia/>
- Santos, K. M. P., & Tatto, N. (2008). *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*. Instituto Socioambiental.
- Schlindwein, M. N. (2021). *O meteoro bípede: Crônica sonora do silencioso massacre inconsequente da biodiversidade*. EDUFSCar.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23ª ed.). Cortez.
- Silva, T. C. M. (2020). Desmatamento, degradação e restauração da Amazônia. In . Martins, M. B. Jardim, M. A. G., Sabino, W. O, Barros, M. F. G. S. (Orgs.). *Reflexões em Biologia da Conservação*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Souza, T. L., & Prado, H. M. (2022). Tabus e ecologia simbólica entre mulheres quilombolas e ribeirinhas (Vale do Ribeira e Amanã). In H. M. Prado, *Etnoecologias quilombolas e ribeirinhas: Práxis na paisagem e saberes ambientais na Mata Atlântica e Amazônia*. Appris.
- Spínola, C. M. (2008). *Influência dos padrões estruturais da paisagem na comunidade de mamíferos terrestres de médio e grande porte na Região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Repositório USP.
- Steffen, W., Crutzen, P. J., & McNeill, J. R. (2007). The Anthropocene: Are humans now overwhelming the great forces of nature? *Ambio*, 36(8), 614-621. <https://doi.org/10.1525/9780520964297-051>
- Stucchi, D., Oliveira, A. N. J., Chagas, M. F., & Brasileiro, S. S. (2000). Laudo antropológico: 43 comunidades negras de Iaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. In ITESP, *Negros do Ribeira: Reconhecimento étnico e conquista do território*. ITESP.
- Tófoli, C. F., Lemos, P. F., Chiaravallotti, R. M., & Prado, F. (Orgs.). (2019). *Monitoramento participativo da biodiversidade: Aprendizados em evolução*. Memnon. <https://www.researchgate.net/publication/333815564>
- Twyman, C. (2017). Community-based natural resource management. In Richardson, D. *International encyclopedia of geography: People, the earth, environment and technology*. <https://doi.org/10.1002/9781118786352>
- Velasco, H., & Diaz, R. A. (1997). *La lógica de la investigación etnográfica: Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela*. Trotta.
- Veloso, H. P., & Góes-Filho, L. (1982). *Fitogeografia brasileira: Classificação fenômeno-ecológica da vegetação*. IBGE/Projeto RADAMBRASIL.
- Wengerd, N., & Gilmore, M. P. (2022). A biocultural approach to navigating conservation trade-offs through participatory methods. *Ecology and Society*, 27(3), Artigo 43. <https://doi.org/10.5751/ES-13273-270343>
- Wolverton, S., Nolan, J. M., & Ahmed, W. (2014). Ethnobiology, political ecology, and conservation. *Journal of Ethnobiology*, 34(2), 125-152. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-34.2.125>



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 23/04/2024. Aceite para publicação a 03/11/2025.